

PRINCÍPIOS DE LICENCIAMENTO JUSTO DE SOFTWARE PARA CLIENTES QUE UTILIZAM A CLOUD

1

As Condições de Licenciamento devem ser claras e inteligíveis: As condições de licenciamento devem ser sempre redigidas de forma clara, devem permitir aos clientes determinar de imediato os seus custos de licenciamento, bem como identificar facilmente as suas obrigações. Os fornecedores de software não devem cobrar ou penalizar os clientes por estes não cumprirem quaisquer condições da licença que sejam ambíguos, enganadores ou confusos. Em vez disso, tais termos devem ser interpretados em sentido contrário ao que seja favorável ao licenciador e não podem ser utilizados para obter custos adicionais de licenciamento dos clientes.

6

Evitar o bloqueio de clientes através de software de diretório interoperável: O software de diretório que permite às empresas criar, identificar, gerir e autenticar utilizadores, e permite aos utilizadores autorizados o acesso a uma grande variedade de aplicações, sistemas e outros recursos é fundamental para a forma como aquelas empresas gerem o ambiente informático. Os fornecedores de software que fornecem software de diretório têm a responsabilidade acrescida de assegurar que esses diretórios adotam regras abertas para sincronização e autenticação das identidades dos utilizadores de uma forma não discriminatória com outros serviços de identidade e que não impedem os clientes de mudar de um fornecedor para outro, bloqueando-os na sua solução de diretório.

2

Liberdade para Migrar o Software previamente adquirido para a "Cloud": Os Clientes que desejem migrar o software das suas próprias instalações (on-premises) para a cloud não devem ser obrigados a comprar licenças separadas e duplicadas para o mesmo software. Assim, os Clientes devem estar isentos de restrições de licenciamento e custos acrescidos que dificultem a sua capacidade de executar o seu software licenciado na cloud, bem como nos fornecedores da cloud de sua escolha.

7

Igualdade de tratamento nos custos de licenciamento de software na cloud: Os fornecedores de software não devem cobrar preços diferentes pelo mesmo software unicamente com base no proprietário do hardware em que o software está instalado. Os preços do software não devem apresentar discriminação entre software instalado no próprio centro de dados de um cliente, entre software instalado num centro de dados gerido por terceiros, entre software instalado em computadores alugados a terceiros, ou entre software que se encontre instalado na cloud, exceto se existir diferenciação dos custos em resultado do local onde o software é instalado.

3

Os Clientes devem ser livres para executar o seu Software "On-Premises" na Cloud por si escolhida: As licenças que permitem aos clientes executarem o software no seu próprio hardware (habitualmente denominado como software "on-premises") devem também permitir a utilização, sem restrições adicionais, desse software na cloud que seja escolhida pelo cliente.

8

As utilizações do Software permitidas devem ser estáveis e previsíveis. Os fornecedores de software não devem fazer alterações relevantes aos termos da licença que restrinjam os clientes de utilizações que fossem anteriormente permitidas, especialmente quando os clientes possam ter ficado dependentes dessas utilizações, exceto quando tal seja exigido por lei ou por questões de segurança.

4

Redução de custos através da utilização eficiente de hardware: Os fornecedores de software não devem restringir aos seus clientes a execução de trabalho utilizando recursos de Cloud seguros. Condições de licenciamento restritivas, que exijam que os clientes de cloud utilizem o software de um fornecedor em hardware exclusivamente dedicado a esse cliente, privam os clientes de eficiência e conduzem a custos desnecessários que desencorajam a adopção da utilização da cloud.

9

As licenças devem abranger as utilizações de software que sejam razoavelmente esperadas. Os fornecedores de software não devem induzir os seus clientes em erro, vendendo licenças que estes esperam, dentro da razoabilidade, que cubram a utilização que lhes pretendam dar, mas que, na realidade, exigem a compra de licenças adicionais, especialmente se essas utilizações adicionais forem as recomendadas pelo fornecedor do software.

5

Inexistência de represálias pela escolha da Cloud: Os fornecedores de software não devem aplicar penalizações ou exercer represálias contra os clientes que optem por utilizar o seu software noutros prestadores de serviços de cloud, tais como a realização de auditorias de software mais exigentes ou intrusivas ou a imposição de custos de licenciamento de software mais altos.

10

Permitir transferências legítimas de software: Nos casos em que o cliente tem o direito de revender ou transferir as licenças de software, os fornecedores devem continuar a oferecer assistência e correções (patches) em condições justas aos clientes que tenham adquirido legalmente uma licença revendida. A recusa a prestar assistência a clientes que adquiriram legalmente os direitos de uma licença revendida deprecia injustamente o valor e a utilidade do software e sujeita as entidades licenciadas a riscos de segurança por vulnerabilidades não corrigidas.

